

Política

PERSPECTIVAS

MUDANÇAS: PROBLEMAS PARA SARNLEY.

Carlos Chagas

Ontem, 24 horas depois da euforia criada pela vitória do presidencialismo e dos cinco anos de mandato, registravam-se no Palácio do Planalto sinais de dificuldades para a implementação do plano engendrado pelo presidente José Sarney para recuperar o seu governo e o País. Esse plano, como informamos, começaria com a reforma ampla do Ministério, seguindo-se um pacote de medidas duras na economia e a transformação do bloco parlamentar governista em embrião de novo partido político. Tudo desembocaria na tentativa de coordenação, pelo presidente, da própria sucessão, prevista para novembro de 1989.

A primeira dificuldade está na extensão da reforma ministerial. Sarney comentou, ontem pela manhã, que não gostaria de dar a impressão de estar jogando pedras ou vingando-se do deputado Ulysses Guimarães, obviamente derrotado nas duas votações de terça-feira. Tirar abruptamente os ministros mais ligados ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, como Renato Archer, da Previdência Social, Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, entre outros, poderia parecer um revide ou uma revanche que não se enquadram no seu estilo. O problema, como lhe disse um ministro cada vez mais influente no governo, é que sem o afastamento dos que ficaram simpáticos ao parlamentarismo e exprimem, como poucos, a influência de Ulysses, será difícil a renovação de equipe imaginada em nome da unidade.

rigir o déficit público, já que as estatais reagem, mesmo as comprovadamente trabalhando no vermelho. A atual fase institucional vem sendo marcada por ampla garantia dos direitos e liberdades individuais, e, dessa forma, greves e paralisações poderão tornar-se o resultado natural do pacote. O presidente está disposto a enfrentar os ônus de mais impopularidade, conforme suas próprias palavras, ontem repeti-

das a pessoa de sua intimidade. Entre o querer e o fazer, no entanto, a distância é razoável.

Novo partido

São otimistas no governo os cálculos para a preservação do bloco governista consolidado na votação de dois dias atrás. Já se fala numa sigla provisória para caracterizá-lo: um outro PT, no caso, o "partido da transição". Quem brincou assim foi o minis-

tro Ronaldo Costa Couto, na Base Aérea da Capital Federal, ontem pela manhã, onde foi acompanhando o presidente Sarney, para assistir ao embarque de dona Mora para São Paulo. A mulher do dr. Ulysses Guimarães acidentou-se de madrugada, numa queda, fraturando o fêmur.

O bloco existe, tem 304 deputados e senadores, aqueles que votaram no presidencialismo e nos cinco anos de mandato. Mas esta-

riam seus integrantes dispostos a respaldar e até a aprovar, em sessões do Congresso, medidas impopulares e de efeito negativo para a opinião pública, na economia? Outra parte deles, integrando o PMDB, admitiria abandonar Ulysses Guimarães na hora de suas amarguras e decepções? Questões regionais não colocariam grupos governistas em oposição, determinando o enfraquecimento do conjunto? Deixando o

singular e novo PT de consolidar-se, ficaria impossível a Sarney pensar em coordenar a própria sucessão.

Essas dúvidas ganhavam as conversas e especulações, ontem, na medida em que ia assentando a poeira dos festejos pela decisão da véspera. Para serem resolvidas, dependerão basicamente de um homem só, que, pela terceira vez, adquire condições de governar o País. Governará?

Renúncia

Outra pedra no caminho da reforma do Ministério é que, pelo menos até ontem, não havia vindo a idéia de um pedido coletivo de renúncia por parte de todos os ministros. Mesmo os que têm certeza de permanecer ressoentem-se desse gesto, que julgam inútil. Repetem a frase clássica para essas horas, de que o cargo pertence ao presidente da República desde o momento em que nomeia um ministro. Assim, poderá trocar os 27 auxiliares de primeiro nível quando quiser. Acontece que, na prática, pode. Na prática, mais ou menos. Não vai mudar de comportamento ou modo de ser só porque os cinco anos e o presidencialismo saíram vitoriosos. Tem sérios entraves pessoais todas as vezes em que precisa dar o bilhete azul a algum colaborador. Prefere cozinhá-los em fogo lento, como aconteceu com tantos, de Fernando Lyra, da Justiça, a Dilson Funaro e a Bresser Pereira, da Fazenda.

Para desencadear uma nova fase de seu governo, porém, não dispõe de tempo para deixar as coisas rolarem até que certos ministros percebam estar sobrando. Haveria necessidade de iniciativas cirúrgicas, mas o bisturi não faz parte de seus instrumentos de trabalho. Assim, o risco é de a atual reforma do Ministério não sair, como não saiu a anterior. Ou de sair pffta. De ficarem quase todos, pelos mais variados motivos, até sentimentais. O que seria um péssimo começo de nova fase para quem, dois dias atrás, admitiu reformular amplamente o Ministério.

Existem auxiliares presidenciais, como o ministro da Justiça, Paulo Brossard, considerando natural e lógica a reformulação. Ele disse isso ao presidente, na terça-feira, tendo ficado de conversar mais detalhadamente nos próximos dias. Para Brossard, a mudança de ministros seria consequência lógica de um fato político da importância que foi a decisão constituinte. Com toda seriedade, explicitará sua opinião.

Há ministros mais pressurosos, como o das Comunicações, para quem a alteração precisaria ser profunda. É rápida. Terça-feira, quando Sarney deixava o Palácio do Planalto, eufórico com o resultado da votação, despediu-se de Antônio Carlos Magalhães, que estava em companhia do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e do secretário-particular, Jorge Murad, chamando-os de "o grupo da Guilhotina". Pelo jeito, estavam insistindo no assunto.

Sacrifícios

Há outros obstáculos. O ministro Mailson da Nóbrega confirmou a intenção de editar o pacote econômico. No aeroporto de Brasília, ontem, ao chegar da Colômbia, não quis comprometer-se com prazos ou conteúdo. Talvez em uma semana, talvez um pouco mais, as medidas de sacrifício estejam definidas. Mas não surgirão tranquilamente. Também ontem o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, alertava para o risco que será mexer na política de correção salarial dos funcionários públicos e dos assalariados em geral, sem contrapartidas fortes, destinadas a demonstrar que o sacrifício atinge todos. Admitirá o presidente Sarney, desta vez, tarar fundo os ganhos de capital especulativo? Ou estabelecer juros negativos para as aplicações financeiras de curto prazo? O aumento da carga fiscal atingirá a todos, indistintamente? Subsídios e incentivos serão cortados?

Pior fica quando se cogita cortar os gastos do governo e cor-